

## **Resolução política do PSOL: deter a escalada autoritária e construir a frente democrática**

*Resolução aprovada pela Executiva Nacional do PSOL, durante reunião realizada no dia 8 de abril, em São Paulo.*

1. A prisão de Lula no último dia 7 de abril, precedida da estapafúrdia decisão do STF de negar-lhe o Habeas Corpus, sinalizou um agravamento sem precedentes da crise institucional. Podemos dizer que a etapa política fundamental do golpe foi consolidada e encerra o pacto da Nova República, abrindo um período histórico de intensa disputa e polarização pelos rumos do país. Não custa lembrar que, embora os acontecimentos da última semana sucederam-se abruptamente, nas vésperas do julgamento do habeas corpus, as declarações do general Villas Bôas, chantageando com a possibilidade de intervenção militar (declarações referendadas pela cúpula do Exército), contribuíram para a estapafúrdia decisão da acovardada maioria do STF em rechaçar o habeas corpus, após uma condenação sem provas.

2. Este agravamento da crise institucional na última semana e os retrocessos democráticos que desta crise derivam não são um raio em céu azul. São produto de uma etapa regressiva que se abriu com o golpe de 2016. A novidade foi a velocidade da escalada (em menos de um mês) de assassinatos, ameaças e atentados à democracia. A execução da vereadora e companheira de partido Marielle Franco, crime político, racial, misógino e brutal, até agora sem solução, seguida das chacinas de Maricá e na Rocinha, da prisão do Padre Amaro no Estado do Pará e dos tiros disparados contra a caravana de Lula evidenciaram essa sequência autoritária inédita pós-democratização do país e, por si só, já expressavam um aprofundamento da crise política e institucional. Com a prisão de Lula, a classe dominante, suas oligárquicas representações do “baixo clero”, o menos democrático dos poderes da República, o Judiciário, e as mais variadas facetas da escória da direita, alcançam uma vitória política e simbólica sem precedentes.

3. A conclusão natural destes últimos episódios é que consideramos Lula um prisioneiro político e assim como nos pronunciamos e nos mobilizamos ativamente contra a sua prisão, defenderemos a sua liberdade e que o mesmo tenha o direito a ser candidato. A seletividade do processo, a condenação sem provas, o circo midiático, a campanha política pela sua prisão vinda inclusive de parte da cúpula das forças armadas, não abre espaço para dúvidas de que se trata de um processo político e, portanto, uma prisão política.

4. Enquanto isso, para comprovar esta etapa de disparates e retrocessos democráticos na conjuntura após o golpe, Michel Temer segue na condição ainda intocável de presidente, denúncia após denúncia, com alguns dos seus mais próximos colaboradores presos e em seguida soltos. Aécio Neves (PSDB) segue com seu mandato de senador. Enquanto isso o Brasil patina com seus 13 milhões de desempregados, com condições absurdas de precarização de direitos, com um aumento exponencial de uma violência que atinge em cheio as periferias e comunidades urbanas e, em especial, a população negra, as mulheres e os jovens.

5. De outro lado, a resposta a esse contexto tem se dado por meio de uma difusa resistência social que, embora multifacetada, já se expressou de várias formas como na greve geral de 2017, nas múltiplas manifestações do movimento feminista, nas

ocupações de escolas; já neste ano, na recente onda de indignação e manifestações massivas logo após a execução de Marielle Franco, e em algumas vitórias coletivas expressivas, como a da greve dos servidores municipais de São Paulo. Tudo isso em meio à manutenção de índices ridículos de popularidade do governo Temer.

6. É urgente construirmos condições para potencializar um grande movimento de massas de resistência democrática e de defesa dos direitos, pois a escalada autoritária e violenta dos setores mais reacionários precisa ser detida. A extrema-direita tem na candidatura de Jair Bolsonaro seu porta-voz do ódio e da intolerância com 15% de intenção de votos e uma rede ampla de provocadores articulada nas redes sociais, capazes de coordenar ações como as ocorridas no sul do país durante a caravana de Lula. É preciso dar um basta! É preciso compreender a gravidade de uma escalada dessas e o que ela pode significar para o futuro do país e para qualquer projeto básico de democracia política e social.

7. O PSOL tem esse entendimento e propõe como primeira e mais urgente tarefa a formação de uma frente democrática contra a escalada de ódio, violência e intolerância da extrema-direita e seus representantes. Uma frente que englobe partidos, movimentos sociais, centrais sindicais, entidades democráticas e progressistas da sociedade civil a partir dos seguintes pontos: defesa da democracia, dos direitos políticos e de eleições livres; contra a violência política e a escalada da extrema-direita; em defesa dos direitos sociais e da soberania nacional.

8. Não se trata de uma frente eleitoral, nem nos interessa uma frente marcada por atos de campanha com esse caráter. Trata-se de uma frente política e democrática para construir um amplo movimento de massas com o objetivo de derrotar a extrema-direita e suas ações e garantir a democracia. Constituir esta frente única não é opção: é uma necessidade, pois não se brinca com os métodos fascistas, não se negocia com a extrema-direita e suas manifestações autoritárias de toda ordem.

9. A constituição desta frente não esconde e nem elimina as diferenças entre seus componentes. Nossa crítica e oposição ao longo período da estratégia de conciliação de classes dos governos petistas e a sua lógica de não enfrentar os grandes privilégios está na nossa raiz programática e entre as razões para trilhar um novo caminho para a esquerda brasileira para superar o período histórico na esquerda hegemônica por essa estratégia. Mas de modo algum as diferenças políticas e estratégicas podem ser um impeditivo para a constituição de uma frente democrática diante da escalada autoritária e violenta que ameaça a democracia no país.

10. Entendemos que uma frente democrática não esgota nossa atividade e desafios para este ano, pois a segunda tarefa que se impõe é apresentar nossa saída para a dramática crise social e política que o país se encontra, colocando na rua nossa alternativa de projeto de país e de aliança política através da chapa Boulos-Sônia, que expressa a aliança do partido com movimentos sociais para as eleições deste ano.

11. Temos confiança de que a construção de uma resistência dos movimentos sociais em defesa da democracia e contra os retrocessos tem amplo espaço de massas. Será a partir dela que acumularemos maior força para vertebrar um novo caminho para a esquerda no país, a quente e no enfrentamento, com a simbologia das candidaturas que

estamos construindo, a partir da chapa nacional Boulos e Sônia. Diante disso, são nossas tarefas imediatas:

- a) Dar todo o peso possível nos atos do dia 14 de abril, quando se completa um mês da execução da companheira Marielle Franco, com o espírito da mais ampla unidade de ação e do acolhimento a todas as bandeiras democráticas de todos os setores que queiram atuar unificadamente na luta Marielle Vive;
- b) Somar-se a todos os esforços e ações unitárias pela defesa da libertação de Lula: Lula Livre é também uma das bandeiras do PSOL nessa conjuntura;
- c) Lançar uma frente democrática entre partidos, movimentos sociais e sociedade civil pela democracia, eleições livres contra a violência e a intolerância, contra a extrema direita, em defesa da soberania nacional e dos direitos sociais;
- d) Colocar a campanha Boulos-Sônia na rua, consolidando a nossa aliança política com os movimentos sociais e o PCB, na luta em defesa da democracia e na construção de um programa para o Brasil que seja antissistêmico, anti-conservador, radical e popular.

**Executiva Nacional do PSOL**  
**São Paulo, 8 de abril de 2018**